

IMPACTOS DO REANP NA ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES: um estudo de caso em escolas estaduais do município de Nanuque, Minas Gerais

Submetido em: 05 nov. 2024. Aceito: 03 set. 2025

Fabiana Pinheiro Barroso¹
Camila Souza Miranda²

RESUMO

Com a implementação do REANP, durante o período de isolamento social, decorrente da pandemia de COVID-19, novo formato de ensino, novas práticas, metodologias e canais de interação foram organizados pelas escolas em função da continuidade do processo educativo. Dessa forma, as práticas de leitura e escrita sofreram interferências. Assim, neste estudo identificamos os impactos produzidos pelo REANP na alfabetização de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental das Escolas da Rede Pública Estadual do município de Nanuque (MG). A construção deste artigo fundamenta-se a partir das teorias de Soares (2004), Ferreiro (1985), dentre outros pesquisadores, e também em documentos normativos e orientadores pertinentes. A metodologia foi realizada com base nas abordagens qualitativa e quantitativa, e buscou relacionar a produção inerente à revisão bibliográfica aos dados produzidos no trabalho de campo, realizado por meio do procedimento de análise documental - que se constituiu a partir dos resultados da avaliação PROALFA e dados dos Conselhos de Classe de cada uma das quatro escolas participantes. Por meio deste estudo, podemos evidenciar que o REANP gerou impactos negativos no processo de alfabetização das crianças do 2º ano do Ensino Fundamental das Escolas Estaduais de Nanuque (MG). Além disso, verificamos que, com a retomada às atividades presenciais, tivemos indícios de melhoria no rendimento dos estudantes, o que nos permitiu refletir sobre a importância do acompanhamento presencial do professor nesse processo educativo e sobre as diferenças sociais implicadas no acesso e conhecimento às ferramentas e tecnologias digitais.

Palavras-chave: Processo de Alfabetização. REANP. Pandemia de COVID-19. Impactos.

ABSTRACT

With the implementation of REANP during the period of social isolation resulting from

¹ Mestra em Educação. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Secretaria Municipal de Educação; Turmalina, Minas Gerais, Brasil. fabiana.barroso@ufvjm.edu.br

² Especialista em Didática, Práticas de Ensino e Tecnologias Educacionais. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Professora da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação; Montanha, Espírito Santo, Brasil. camila.smiranda@educador.edu.es.gov.br

the COVID-19 pandemic, schools implemented new teaching formats, practices, methodologies, and interaction channels to ensure the continuity of the educational process. Consequently, reading and writing practices were affected. Thus, this study identifies the impacts of REANP on the literacy of second-grade elementary school children in public schools in the municipality of Nanuque, Minas Gerais. This article is based on the theories of Soares (2004), Ferreiro (1985), and other researchers, as well as relevant normative and guiding documents. The methodology used qualitative and quantitative approaches and sought to relate the findings of the literature review to the data produced during the fieldwork, conducted through document analysis. This analysis was based on the results of the PROALFA external evaluation and data from the Class Councils of each of the four participating schools. Through this study, we can demonstrate that REANP negatively impacted the literacy process of second-grade elementary school children in Nanuque State Schools, Minas Gerais. Furthermore, we found that, with the resumption of in-person activities, we saw signs of improvement in student performance, which allowed us to reflect on the importance of in-person teacher monitoring in this educational process and on the social differences involved in access to and knowledge of digital tools and technologies.

Keywords: Literacy Process. REANP. COVID-19 pandemic. Impacts.

1 INTRODUÇÃO

Com a pandemia da COVID-19, o ambiente educacional sofreu duras mudanças que marcaram a história da educação. A principal mudança foi no formato de atendimento aos alunos, devido à necessidade de isolamento e distanciamento social. Nesse cenário, os alunos passaram a estudar em seus domicílios, com (ou sem) o auxílio da família, sendo orientados à distância pelos professores, por meio do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), realizando atividades não presenciais, o que foi denominado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas gerais de Regime Especial de Atividades Não Presenciais - REANP. Assim, para dar continuidade às atividades e processos de ensino, nos anos letivos de 2020 e 2021, o governo brasileiro precisou organizar e implementar políticas públicas educacionais com base no ensino remoto, como o REANP e, posteriormente, o ensino híbrido para regulamentar as práticas pedagógicas das instituições escolares.

Ressaltamos que este artigo foi produzido a partir de dados provenientes de um estudo mais abrangente (Miranda, 2023)³. Assim, por meio do presente artigo,

³ Trata-se do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Didática e Prática de Ensino e Tecnologias Educacionais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Diretoria de Educação Aberta e a Distância), intitulado: *Impactos do REANP no processo de*

apresentamos os impactos gerados pelo REANP na alfabetização de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental das Escolas da Rede Estadual de Nanuque, Minas Gerais.

Salientamos que o cenário pandêmico evidenciou dificuldades e desafios imersos nas famílias, o que, consecutivamente, obstou o processo de ensino e aprendizagem proposto por meio do REANP. Autores como Dias e Smolka (2021), Queiroz, Souza e Paula (2021), Machado e Giovani (2022) abordam em suas pesquisas algumas limitações impostas pelo contexto pandêmico em relação à participação efetiva dos alunos nas atividades remotas promovidas pela escola como: as condições socioeconômicas de alunos das escolas públicas atreladas à vulnerabilidade social das famílias, o acesso limitado e desigual à tecnologia (equipamentos tecnológicos de comunicação e internet).

No âmbito da literatura científica, Magda Soares (2004) explica o processo de alfabetização e sua relação social. Soares (2004) defende que o processo de alfabetização vai além de codificar ou decodificar, pois é no contexto das relações sociais que a alfabetização é possível e acontece. A autora ressalta que “a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas” (Soares, 2004, p. 97), ou seja, a alfabetização é desenvolvida em um ambiente de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só é possível se se desenvolver conforme a aprendizagem do processo de escrita.

Na esfera da legislação educacional brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996), em seu artigo 4º, inciso XI, ressalta que o dever do Estado para com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de “alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos”. Além disso, a mesma Lei, em seu artigo 22, expressa como requisitos essenciais para formação de indivíduos para o exercício da cidadania e meios de progredir no trabalho e em estudos posteriores, a alfabetização plena e a formação de leitores.

Considerando o processo de alfabetização, o Plano Nacional da Educação – PNE (Brasil, 2014), em atendimento ao prescrito no Art. 214 da Constituição Federal (Brasil, 1988), expressa como diretriz a erradicação do analfabetismo e dentre as suas metas, a Meta 5: “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.” Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) assevera:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabetica de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento (BRASIL, 2017, p. 59).

Ressalta-se, considerando o contexto pandêmico, de isolamento social, o posicionamento do Parecer CNE/CP nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2020, p.61), quanto às especificidades do Ensino Fundamental - anos iniciais, reconhecendo a complexidade dessa fase educativa:

Nesta etapa, existem dificuldades para acompanhar atividades on-line uma vez que as crianças do primeiro ciclo se encontram em fase de alfabetização formal, sendo necessária supervisão de adulto para realização de atividades. No entanto, pode haver possibilidades de atividades pedagógicas não presenciais com as crianças desta etapa da educação básica, mesmo considerando a situação mais complexa nos anos iniciais. Aqui, as atividades devem ser mais estruturadas, para que se atinja a aquisição das habilidades básicas do ciclo de alfabetização (Brasil, 2020, p.11).

Diante desse cenário, complexo e obscuro, o sistema educacional brasileiro passou a adotar a modalidade de ensino a distância como alternativa para dar continuidade às atividades letivas, sendo, aqui, no estado de Minas Gerais, implementado o Regime Especial de Atividades Não Presenciais – REANP.

Por conseguinte, considerando os desafios impostos pelo REANP no processo de alfabetização, a necessidade e relevância da discussão, reflexão e compreensão sobre esses desafios, a partir de investigações no campo educacional, partimos do seguinte problema: quais os impactos produzidos pelo REANP na alfabetização de estudantes das turmas de 2º ano do Ensino Fundamental de escolas da Rede Estadual de Ensino do município de Nanuque (MG)?

1.1 O que foi o Regime Especial de Atividades Não Presenciais?

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização

Mundial de Saúde como uma pandemia. No mesmo mês, com o Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, publicado pelo Congresso Nacional, reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de COVID-19. Com isso, impõe-se mudanças significativas no país, principalmente nos cenários político, social e econômico, afetando diretamente os setores da saúde e da educação. Estados e municípios precisaram tomar medidas pontuais que contribuíssem no enfrentamento da situação vivenciada.

No âmbito educacional, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou por meio da Portaria nº 343, em 17 de março de 2020, que fixou a substituição das aulas presenciais por aulas virtuais, no período de pandemia da COVID-19. Na sequência, foram criadas as portarias nº 345 e 544, modificando alguns dispositivos daquele documento que determina:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (Brasil, 2020).

No âmbito estadual, em atenção às orientações normativas do Ministério da Educação, o governo de Minas Gerais, implementa, por meio da Resolução nº 4310/2020 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, o Regime Especial de Atividades Não Presenciais – REANP. Essa normativa apresenta o REANP como o caminho para prosseguimento do ano letivo, permitindo às escolas desenvolver atividades não presenciais durante o período de isolamento social como forma de prevenir a propagação da COVID-19.

Com a necessidade do isolamento social, as aulas presenciais foram substituídas por aulas virtuais, mediadas pelo uso das TDICs. Sendo assim, definiu-se como proposta e instrumento pedagógicos para o desenvolvimento e acompanhamento das atividades não presenciais o Plano de Estudos Tutorado - PET, conforme dispõe artigo 3º da Resolução SEE/MG nº 4310/2020, sendo um material didático elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, com base no Currículo Referência de Minas Gerais (Brasil, 2018) e Base Nacional Curricular Comum (Brasil, 2017), direcionado aos alunos e professores para desenvolver os conteúdos curriculares no período de pandemia da COVID-19. Além do PET, o REANP contou

com o programa “se liga na educação” e o “conexão escola” como atividades para o período de pandemia da COVID-19. Esses programas eram disponibilizados por meio de canal digital e do cadastro dos alunos no sistema da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Consideramos também que, no que se refere aos dispositivos para comunicação entre alunos e professor no Regime Especial de Atividades Não Presenciais - REANP, a Resolução SEE nº 4310/2020 define em seu parágrafo 1º do artigo 6º: “Deverão ser priorizados os meios de comunicação não presenciais, por telefone, e-mail, plataforma digital ou redes sociais, se compatíveis com as condições de acesso do estudante” (Minas Gerais, 2020, p. 2).

Portanto, o acesso a esses programas era possível àqueles que tinham condições para tal – acesso à internet, conhecimento acerca do manuseio do sistema, familiares ou responsáveis com disponibilidade para orientação no acesso e manipulação do sistema junto ao aluno –, e ferramentas próprias para navegação.

2.1 Avaliação da alfabetização: mecanismos avaliativos de intervenção externa e interna

Por meio das avaliações educacionais, a LDBEN (Brasil, 1996, p. 4) atribui ao Ministério da Educação a responsabilidade de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, a fim de definir prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”.

Para tanto, os programas de avaliação da alfabetização são organizados por meio de mecanismos avaliativos de intervenção interna e externa. Segundo Rocha (2014), a avaliação interna (diagnóstica ou formativa) é organizada com base no que o professor trabalhou em sala de aula, procurando identificar o que os alunos aprenderam. Já a avaliação externa é concebida, planejada, elaborada, corrigida e tem seus resultados analisados fora da escola, buscando aferir o desempenho demonstrado pelos alunos, em certo momento da escolarização. “A avaliação externa se distingue, portanto, da interna, porque focaliza o ensino e não a aprendizagem” (Rocha, 2014, p. 1).

As avaliações externas organizadas pelo Ministério da Educação e Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, utilizadas para fins de monitoramento do ensino fundamental (anos iniciais) são, respectivamente, as avaliações externas:

SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública) utilizadas para diagnosticar o desempenho dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento, níveis e etapas de escolaridade.

O Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE) é composto por dois programas de avaliação: O PROEB - Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica e o PROALFA - Programa de Avaliação da Alfabetização, constituindo-se um sistema de avaliação desenvolvido e efetuado por uma equipe externa da rede estadual, com a finalidade de verificar o nível de aprendizagem dos estudantes, no fim de cada etapa de ensino.

Dessa forma, consideramos, para fins de subsidiar o objeto deste estudo e sua análise para a pesquisa, a avaliação do PROALFA, que se refere ao programa de avaliação da alfabetização. Tal programa possibilita identificar os níveis de aprendizagem em relação à leitura e à escrita dos alunos e é um meio estratégico utilizado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG, para acompanhar os resultados dos municípios no atendimento à meta de alfabetização.

Com base nas informações da Plataforma SIMAVE, segundo Protes (2020), o PROALFA é aplicado anualmente para todos os alunos do 2º, 3º e 4º anos das redes estadual e municipal, nas escolas urbanas e rurais, e identifica o nível de alfabetização de cada aluno. É importante ressaltar que a avaliação do PROALFA é censitária para o 3º ano e amostral para o 2º e 4º ano, pois é preciso identificar o nível de aprendizado dos alunos do 3º ano, para que se possa realizar interferências positivas na aprendizagem dos alunos nessa fase (Protes, 2020). Protes (2020, p.35), em sua análise sobre o SIMAVE, destaca que “a partir do envolvimento nas ações de coordenação deste sistema de avaliação, passei a compreender melhor a importância dos resultados das avaliações externas enquanto ferramenta de gestão pedagógica”.

No âmbito das avaliações internas, no que compete o acompanhamento do processo de alfabetização, as escolas se organizam por meio de mecanismos avaliativos próprios, implementados ao longo dos bimestres, sendo que os resultados dos alunos, assim como as estratégias de ensino são monitorados por meio do Conselho de Classe.

Conforme Documento Orientador do Conselho de Classe (2021) define-se que:

O Conselho de Classe é uma instância colegiada, responsável por favorecer

a articulação entre professores, realizar a análise das metodologias utilizadas, estabelecer a relação dos diversos pontos de vistas e as intervenções necessárias nos processos de ensino e de aprendizagem (Minas Gerais, 2021, p. 03).

Então, o Conselho de Classe permite refletir sobre as metodologias utilizadas, planejar ações e rever estratégias relacionadas às intervenções que viabilizam alcançar a aprendizagem.

Conforme Guerra (2006) e Dalben (2004), o conselho de classe é uma atividade em que a avaliação é constituída a partir das experiências vividas em sala de aula. A construção é feita por meio da oportunidade de rever métodos, uma vez que os professores juntamente com o coordenador pedagógico refletem sobre os acontecimentos escolares e juntos analisam atitudes a serem tomadas.

Portanto, é no Conselho de Classe que são avaliados, refletidos e discutidos, intervenções, metodologias e oportunidades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem. Com base no documento, Guia de Orientações para a Elaboração, Revisão e/ou Reestruturação do Projeto Político-Pedagógico das Escolas Estaduais de Minas Gerais, elaborado pela SEE/MG:

Como Conselho de Classe, a lei lhe confere o direito de referendar ou modificar a visão parcial que cada professor tem dos alunos no Componente Curricular, buscando perceber e analisar o desenvolvimento dos mesmos de uma forma mais ampla (Minas Gerais, 2014, p.55).

Isso quer dizer que o conselho de classe deve atuar com base no Projeto Político-Pedagógico (PPP), nas normas do regimento escolar e no currículo escolar, e a atuação docente deve considerar os direitos de aprendizagem dos discentes. O Conselho de Classe permite discutir a prática educativa, refletir e analisar as situações dos alunos, de modo a garantir a efetivação das competências e finalidades educativas.

Como, a partir deste estudo, os registros do Conselho de Classe (4º bimestre) constituem base para produção de dados e sua análise, em relação aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, ressaltamos que, no ano de 2019, as diretrizes expedidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), por meio do Documento Orientador para a realização do Conselho de Classe (Minas Gerais, 2019) apresenta como competências a serem desenvolvidas pelas escolas:

Avaliar o desempenho escolar da turma e dos estudantes individualmente, definindo seu desempenho global; Avaliar o desenvolvimento do estudante individualmente, considerando também a relação professor-estudante e o relacionamento entre os próprios estudantes; Identificar os estudantes

infrequentes e que necessitam de acompanhamento especial da escola; Identificar e caracterizar os estudantes com dificuldade de aprendizagem; Identificar as possíveis causas das dificuldades no processo ensino e aprendizagem; Analisar se as metodologias de ensino estão coerentes com as demandas de aprendizagem e interesse dos estudantes; Verificar a coerência dos critérios de avaliação adotados, bem como a coerência entre prática docente e a proposta da escola; Verificar a necessidade de intervenção pedagógica para a consolidação das habilidades e competências em cada componente curricular; Definir as atividades de ensino e de intervenção, a partir das competências e habilidades não consolidadas, buscando paralelamente a melhoria dos resultados das avaliações externas (SIMAVE E SAEB). Acompanhar os planos de trabalho dos estudantes em Progressão Parcial; acompanhar desempenho escolar de estudantes que necessitam de Plano de Estudos por alguma questão específica. (Minas Gerais, 2019, p. 3).

Conforme aponta o referido documento orientador “as ocorrências e conclusões da reunião deverão ser registradas em ata, que se constituirá, além de um documento escolar, um instrumento de consulta eventual e subsídio importante para a avaliação do próprio Conselho de Classe” e, também, para o planejamento do trabalho escolar como um todo (Minas Gerais, 2019, p. 4). Dessa maneira, consideramos o Conselho de Classe uma atividade fundamental para o processo de avaliação escolar.

Portanto, tendo em vista os instrumentos de avaliação de ensino e monitoramento da aprendizagem, podemos perceber que o PROALFA e o Conselho de Classe são mecanismos importantes que permitem levantar dados acerca do desempenho dos alunos e escola no processo de alfabetização, assim como possibilitam identificar prioridades e dificuldades de aprendizagem, permitem realizar intervenções pedagógicas, de forma a alcançar as metas e objetivos da aprendizagem.

2. ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS

A pesquisa empírica se desenvolveu a partir das abordagens qualitativa e quantitativa, em que se estabeleceu um diálogo reflexivo entre os aportes teóricos e os dados quantitativos produzidos por meio de um trabalho de campo.

Segundo Minayo (2001, p. 26) o trabalho de campo “consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento” – constituído pela análise documental que, por sua vez, dedicou-se à análise dos resultados da avaliação do PROALFA e registros do Conselho de Classe (4º bimestre) dos estudantes das

turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 das escolas estaduais de Nanuque (MG).

Ressaltamos que, a partir da análise documental, servimo-nos de dados numéricos apresentados pelas escolas participantes da pesquisa, de suas respectivas turmas, e não de dados específicos de cada estudante, ou seja, utilizamos quantitativos organizados por turmas de cada escola participante, constituindo base quantitativa para análises nesta pesquisa, conforme apresenta formulário de pesquisa (Material Suplementar). Portanto, como não houve contato nem aproximação com dados pessoais e ou fontes que permitissem a identificação dos estudantes das respectivas turmas, compreendemos que, nesse caso, a presente pesquisa fica dispensada de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Acreditamos que, por meio da análise documental (Oliveira, 2007; Moreira, 2005) como técnica para produção de dados, foi possível reunir subsídios que tão logo proporcionaram a elucidação da problemática em questão, assim como a compreensão do seu objeto – impactos do REANP no processo de alfabetização das crianças do 2º ano do ensino fundamental das escolas participantes da pesquisa, com vistas à organização e análise dos dados produzidos.

Assim, as escolas da rede pública estadual foram convidadas a participar da pesquisa, por meio de ofício enviado via e-mail. Participaram, ao todo, sete escolas estaduais que atendem aos anos iniciais do Ensino Fundamental. No ofício, encaminhado à direção de cada escola, foram indicados os documentos que poderiam servir de objeto para produção de dados - como os resultados da avaliação do PROALFA e registros do Conselho de Classe (4º bimestre) dos estudantes das turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. Assim, das sete escolas estaduais convidadas a participar da pesquisa, quatro aceitaram prontamente o convite, havendo consentimento expresso por meio de resposta via e-mail; duas escolas não responderam, e em uma delas não foi possível o contato por meio de e-mail ou ligação telefônica (Escola do distrito de Vila Pereira).

Ressaltamos que o recorte temporal (2019 - 2022) se justifica, uma vez que se faz necessária a comparação dos dados/resultados antes e após a instalação da pandemia no cenário educacional.

O motivo da escolha de escolas estaduais como recorte para a realização da presente pesquisa se deu pelo fato de a cidade de Nanuque comportar apenas três escolas municipais que ofertam o ensino fundamental em anos iniciais. Dessa

maneira, como no âmbito estadual, Nanuque comporta sete escolas, a escolha das escolas estaduais poderia representar maior potencial para pesquisa, no que se refere ao aporte de dados e quantitativos, permitindo maiores possibilidades de discussão e análise.

Após a confirmação ou não da participação das respectivas escolas, os diretores de cada unidade foram contactados para o agendamento da data de visita *in loco*, a fim de apresentar o projeto de pesquisa e iniciar o processo de produção de dados. Esse contato foi realizado via e-mail ou por ligação telefônica.

Na etapa seguinte, foram entregues a cada uma das escolas participantes da pesquisa um formulário, disponível no material suplementar, que solicitava os dados necessários a serem levantados para a pesquisa. No momento da entrega do formulário e explicação em torno de seu objetivo, a escola definiu o prazo necessário para que conseguisse levantar todos os dados solicitados.

Abaixo, apresentamos, no Quadro 1, cronograma que retrata as etapas, tempo e atividades necessárias para a consecução da pesquisa de campo:

Quadro 1 – Cronograma - Pesquisa de Campo

ETAPAS	DURAÇÃO	ATIVIDADES
1 ^a	10 dias úteis	Produção, envio e resposta - Convite para as Escolas do Ensino Fundamental dos anos iniciais, através de e-mail.
2 ^a	5 dias úteis	Visita às escolas participantes da pesquisa. Apresentação do projeto de pesquisa.
3 ^a	10 dias úteis	Produção, agendamento e entrega do formulário de pesquisa nas escolas.
4 ^a	15 dias úteis	Coleta do formulário de pesquisa nas escolas participantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As visitas tiveram uma duração aproximada de 40 minutos - conversamos sobre os objetivos da pesquisa, os caminhos a serem percorridos, as possíveis contribuições da pesquisa e como a escola poderia contribuir.

Posteriormente, os dados produzidos nesta pesquisa, por meio da análise documental – produto do trabalho em campo, foram quantificados, classificados, agrupados, sistematizados e analisados à luz das teorias, documentos normativos e orientadores que fundamentaram este estudo – possíveis a partir da revisão de literatura, observando, para tanto, as orientações de Minayo (2001) sobre tratamento do material recolhido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nanuque é um município localizado na Mesorregião do Vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, fazendo limite com diversas cidades dos estados da Bahia e do Espírito Santo. Segundo dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) a população residente em Nanuque é de 40.834 pessoas.

No âmbito da educação pública, Nanuque apresenta ao todo 13 escolas, sendo dez escolas da rede estadual e três da rede municipal. Das escolas pertencentes à rede estadual, sete ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental (sendo que uma dessas escolas pertence ao distrito de Vila Pereira).

Salientamos que, para preservar a identidade das escolas participantes e manter o sigilo e ética, usamos como forma de denominação as letras de A, B, C e D.

Como já abordado nos percursos metodológicos desta pesquisa, analisamos os dados constantes dos resultados da avaliação PROALFA e registros do Conselho de Classe (4º bimestre) dos estudantes das turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. A análise foi permeada por comparativos relacionando dados do Conselho de Classe e dados de proficiência referentes aos resultados do PROALFA, nos anos de 2019 a 2022 de cada escola.

Das escolas pesquisadas, A, C e D ofertam os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, sendo anos finais no turno matutino e anos iniciais no turno vespertino, além disso, são escolas localizadas em bairros da zona urbana do município. A escola B oferta apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental, é uma escola pública localizada no centro da cidade, com atendimento nos turnos matutino e vespertino. Todas as escolas pesquisadas possuem a modalidade de ensino Educação Especial, porém apenas as escolas A, B e C possuem sala de recursos.

Iniciamos a apresentação dos dados produzidos junto às escolas expondo a Tabela 1 abaixo, que nos mostra a quantidade total de alunos matriculados nos anos de 2019 a 2022:

Tabela 1 – Quantidade total de alunos matriculados nas escolas participantes da pesquisa entre 2019 e 2022

Escola	Ano letivo 2019	Ano letivo 2020	Ano letivo 2021	Ano letivo 2022
A	391	407	447	428
B	522	510	509	465
C	385	323	341	386
D	130	126	114	110

Fonte: DADOS DA PESQUISA DE CAMPO. Escolas participantes da pesquisa (2022).

Percebemos, conforme mostra a Tabela 1, que a escola A teve, ao longo dos três anos analisados - 2019 a 2021, aumento progressivo na quantidade de matrículas realizadas, e uma queda de aproximadamente 4% (quatro por cento) de matrículas no ano de 2022 em relação ao ano anterior. Ressalta-se que a escola A, mesmo apresentando uma redução de matrículas em 2022, apresentou aumento global de matrículas para o recorte temporal citado - 2019-2022. Nas escolas B e D houve redução no número de matrículas realizadas para o período analisado. Em relação à quantidade de matrículas realizadas em 2019 e em 2022, a escola B teve uma redução de aproximada de 12% (doze por cento), e a escola D, uma redução de matrículas de aproximadamente 20% (vinte por cento). Tal redução nos leva a refletir sobre as possíveis causas que levaram a tal fato. Já a escola C apresentou uma queda aproximada de 16% (dezesseis por cento) na quantidade de matrículas efetivadas em 2020 em relação à quantidade de matrículas efetivadas em 2019. Contudo, nos próximos anos, 2021 e 2022, o número de matrículas sofre aumento progressivo, superando o referido percentual.

Considerando o objetivo deste artigo em apresentar os impactos produzidos pelo REANP na alfabetização de crianças de escolas estaduais do município de Nanuque (MG), direcionamos a nossa pesquisa de campo para as turmas de 2º ano do Ensino Fundamental das escolas A, B, C e D, por se tratar do período final do ciclo de alfabetização, conforme prevê Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Todas as escolas participantes da pesquisa aderiram aos Programas e Instrumentos Pedagógicos implementados e orientados pela SEE/MG para o trabalho do REANP, quais sejam, o Plano de Estudo Tutorado (PET), canais digitais “Se liga na Educação” e “Conexão Escola” e uso das ferramentas/recursos digitais (WhatsApp, Google Meet, transmissão via rede sociais, e-mail, vídeos no Youtube e TV digital). Acreditamos que tal adesão se fez necessária, a fim de que as escolas pudessem prosseguir com as atividades educativas, por meio das Tecnologias de Comunicação e Informação articuladas a mecanismos pedagógicos, de forma a minimizar os impactos no processo educacional nas escolas de Nanuque, em meio ao isolamento social.

Considerando a análise sobre os registros de acompanhamento e avaliação discente no que importa o aproveitamento de crianças do 2º ano do Ensino

Fundamental das Escolas Públicas Estaduais do município de Nanuque (MG), nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, a partir dos dados do PROALFA, e os constantes no Conselho de Classe, para levantamento quantitativo da proficiência na alfabetização, ressaltamos que todas as escolas que participaram da pesquisa apresentaram os dados do Conselho de Classe e os dados de proficiência do PROALFA das respectivas turmas. Dessa maneira, os dados foram repassados para análise, por meio de cópia impressa, por meio de servidor autorizado para tal.

A Tabela 2 apresenta os resultados das escolas estaduais participantes da pesquisa na avaliação externa PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização). Os dados levantados se referem aos anos de 2019 a 2021. Ressaltamos que não foi possível a apresentação dos resultados das escolas no PROALFA no ano letivo de 2020, visto que devido ao isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, no referido ano, não foi possível realizar a aplicação dessa avaliação. Portanto a análise se restringe aos dados de proficiência levantados nos anos letivos de 2019 e 2021 das escolas A, B C e D.

Tabela 2 – Resultados das escolas A, B, C, D (alunos do 2º ano do EF) na Avaliação Externa PROALFA

Anos letivos	Escola (A) Proficiência	Escola (B) Proficiência	Escola (C) Proficiência	Escola (D) Proficiência
2019	500,4	545,9	502	573
2020 ⁴	-	-	-	-
2021	454	498	486	-

Fonte: levantamento realizado pela autora.

Conforme afirma Protes (2020, p.34), “os resultados dos testes cognitivos das avaliações externas indicam quais são os avanços e os desafios da educação pública no Estado”. Assim, podemos perceber, conforme apontam os dados na Tabela 2 acima, que houve uma queda na proficiência dos alunos, no período pandêmico, no que tange o processo de alfabetização. Nos dados apresentados, por meio da avaliação do PROALFA, pode-se observar uma queda, com relação as notas apresentadas em 2019 e 2021. Importante observar que no ano letivo de 2019 o formato de ensino foi presencial, e em 2021 o formato de ensino foi híbrido com o uso do REANP.

Para evidenciar, do ponto de vista quantitativo, tal regresso no desempenho

⁴ Não houve aplicação da avaliação PROALFA, devido ao isolamento social no período de pandemia da COVID-19.

das escolas na avaliação externa PROALFA, apresentamos abaixo a Tabela 3, que apresenta a diferença entre os resultados obtidos pelas escolas nos anos de 2019 e 2021:

Tabela 3 – Comparação dos resultados - proficiência das escolas A, B, C, D (alunos do 2º ano do EF na Avaliação Externa PROALFA

Anos letivos	Escola (A) Proficiência	Escola (B) Proficiência	Escola (C) Proficiência	Escola (D) Proficiência
2019	500,4	545,9	502	573
2020 ⁵	-	-	-	-
2021	454	498	486	-
Diferença	46,4	47,9	16	-

Fonte: levantamento realizado pela autora.

Conforme consta na Tabela 3 acima, a escola A apresentou 46,4 pontos de diferença no resultado de proficiência, comparando-se os resultados de 2019 com os de 2021. Da mesma maneira, a escola B apresentou 47,9 pontos de diferença. E com a menor diferença entre os resultados, a escola C, que obteve 16 pontos. Ressalta-se que não foi possível levantar os resultados de proficiência na Avaliação Externa PROALFA na escola D, uma vez que a partir de 2021 a referida escola passou a fazer parte da rede municipal de educação, devido ter se integrado ao processo de municipalização do ensino fundamental (anos iniciais). Assim, considerando os dados e diferenças constantes na Tabela 3, percebe-se que, de forma geral, houve acentuada queda na proficiência das escolas, no período pandêmico, principalmente nas escolas A e B, que apresentaram uma diferença média na proficiência, entre os anos 2019 e 2021, de aproximadamente 47 pontos. Ressaltamos que as escolas A e B são aquelas com maior número de matrículas, conforme aponta Tabela 1, representando mais de 70% (setenta por cento) das crianças atendidas pelas três escolas, A, B e C.

Trouxemos também, para ampliar o processo de análise sobre o objeto deste estudo, dados produzidos por meio dos Conselhos de Classe realizados por cada uma das escolas participantes da pesquisa, nos anos de 2019 a 2022, conforme apresenta a Tabela 4 a seguir:

⁵ Não houve aplicação da avaliação PROALFA, devido o cenário de isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19.

Tabela 4 – Resultados quantitativos dos Conselhos de Classe realizados pelas escolas participantes da pesquisa.

	2019	2020	2021	2022
Escola	T: Total de alunos matriculados no 2º ano do EF. A: alunos alfabetizados. NA: alunos não alfabetizados.	T: Total de alunos matriculados no 2º ano do EF. A: alunos alfabetizados. NA: alunos não alfabetizados.	T: Total de alunos matriculados no 2º ano do EF. A: alunos alfabetizados. NA: alunos não alfabetizados.	T: Total de alunos matriculados no 2º ano do EF. A: alunos alfabetizados. NA: alunos não alfabetizados.
A	T:34 A:30 NA:4	T:46 A:41 NA:5	T:56 A:51 NA:5	T:37 A:36 NA:1
B	T:97 A:93 NA:4	T:109 A:81 NA:28	T:89 A:63 NA:26	T:86 A:68 NA:18
C	T:21 A:- NA:-	T:42 A:- NA:-	T:27 A:17 NA:10	T:34 A:25 NA:9
D	T:17 A:17 NA:0	T:07 A:07 NA:0	T:- A:- NA:-	T:- A:- NA:-

Fonte: levantamento realizado pela autora.

Salienta-se que não foi possível o levantamento global dos resultados do Conselho de Classe das escolas C e D, uma vez que: a primeira escola, segundo informações da direção escolar, não conseguiu acesso aos dados conclusos pela gestão anterior; já a escola D, devido ao processo de municipalização, no ano de 2021, não foi possível o levantamento dos dados referentes aos anos de 2021 e 2022.

Os dados apresentados na Tabela 4 evidenciam que a escola A apresentou um pequeno aumento na quantidade de alunos não alfabetizados nos anos de 2020, 2021, em que se utilizou o REANP como ferramenta de ensino. De outro modo, devemos pontuar que houve um aumento considerável na quantidade total de alunos, mais de 30% (trinta por cento) em 2020, de 34 para 46 alunos, e mais de 50% (cinquenta por cento) em 2021, de 34 para 56 alunos, o que proporcionalmente, apresenta decréscimo em relação ao índice percentual de alunos não alfabetizados, conforme apresenta a Tabela 5 abaixo. Contudo, em 2022, ano letivo em que as escolas retomam às atividades presenciais, apenas um estudante não foi alfabetizado, ou seja, podemos verificar que, na escola A, com a retomada ao ensino presencial houve redução expressiva no número de alunos não alfabetizados.

Os dados apresentados pela escola B evidenciam claramente a interferência do REANP no processo de alfabetização, conforme apresentam as tabelas 4 e 5. A quantidade de alunos não alfabetizados, nos anos de 2020 e 2021 - anos de prevalência do REANP, aumenta consideravelmente, em torno de 20% (vinte por cento), em relação à quantidade de alunos não alfabetizados no ano de 2019, que é

absolutamente inferior em relação aos anos letivos analisados. Além disso, em 2022, com a retomada às atividades presenciais, a escola apresenta importante redução no número de alunos não alfabetizados em relação aos dados dos últimos dois anos, 2020 e 2021, o que configura indícios de recuperação no processo de alfabetização.

A escola C, como já mencionado, não apresentou dados do Conselho de Classe dos anos letivos de 2019 e 2020, mas podemos evidenciar, conforme aponta a Tabela 4 uma quantidade acentuada de alunos não alfabetizados no ano de 2021. Podemos perceber também que em 2022, esse quantitativo de alunos não alfabetizados sofre redução. É importante ressaltar que, nesta escola, segundo Tabela 5, com a retomada às atividades presenciais, o índice percentual relativo à quantidade de alunos alfabetizados subiu mais de 10% (dez por cento) em apenas um ano e o índice referente à quantidade de alunos não alfabetizados caiu mais de 11% (onze por cento) no mesmo período. Além disso, no ano de 2022, a escola C teve um aumento no número total de alunos matriculados de mais de 25% em relação ao ano de 2021 e, mesmo com um quantitativo maior de alunos em 2022, a escola apresentou maior proficiência na alfabetização de seus alunos se comparada ao ano anterior.

Por fim, a escola D, apresentou os dados do Conselho de Classe constantes dos anos letivos de 2019 e 2020, que evidenciaram 100% (cem por cento) de alunos alfabetizados, mesmo com o uso do REANP, conforme destacam as tabelas 4 e 5. É importante ressaltar que, conforme apresenta a Tabela 2, o índice de proficiência no PROALFA apresentado pela escola D, no ano de 2019, foi o mais alto entre as escolas participantes da pesquisa. Ressaltamos também que a escola D é a instituição com a menor quantidade de alunos matriculados. Esses fatores podem estar atrelados ao maior rendimento dos alunos desta escola, no que compete o processo de alfabetização.

Tabela 5 – Índices percentuais referentes à quantidade de alunos alfabetizados e nãoalfabetizados, conforme dados dos Conselhos de Classe

ESCOLA	Ano letivo 2019		Ano letivo 2020		Ano letivo 2021		Ano letivo 2022	
	Alunos A	Alunos NA						
A	88,23%	11,77%	89,13%	10,87%	91,07%	8,93%	97,3%	2,70%
B	95,87%	4,13%	74,3%	25,7%	70,78%	29,22%	79,1%	20,9%
C ⁶	-	-	-	-	63%	37%	73,53%	26,47%
D'	100%	0%	100%	0%	-	-	-	-

A partir dos dados produzidos pelas escolas participantes, por meio dos resultados na avaliação externa PROALFA, no período de 2019 e 2021, podemos concluir que todas as escolas (exceto a escola D, que não pode apresentar todos os dados solicitados) apresentaram queda considerável de rendimento na referida avaliação quando comparadas às notas obtidas em 2019 e em 2021.

Não obstante, os dados produzidos por meio do Conselho de Classe nos mostram, de forma geral, que diferentes resultados em relação ao quantitativo e índices percentuais de alunos alfabetizados e não alfabetizados foram apontados pelas escolas no período pandêmico, e que é comum às escolas A, B e C a redução significativa de alunos não alfabetizados em 2022, assim como o importante aumento de alunos alfabetizados nesse ano. Dessa forma, podemos depreender que o retorno às atividades presenciais gerou resultados positivos no que diz respeito ao processo de alfabetização das crianças do 2º ano do Ensino Fundamental das respectivas escolas.

Percebemos, ao relacionar os dados produzidos por meio do PROALFA e dos Conselhos de Classe, que esses instrumentos avaliativos contribuem significadamente para se apontar os impactos produzidos pelo REANP no espaço de tempo investigado (2019-2022), no sentido de que um e o outro nos apresentam informações diferentes, mas complementares, já que no PROALFA não foi possível o levantamento de dados do ano letivo de 2022, o que já foi possível obter nos Conselhos de Classe - que demonstraram um considerável aumento na proficiência das crianças nesse ano letivo. Em contrapartida, não foi possível evidenciar nos Conselhos de Classe a correspondência na relação de queda no rendimento dos alunos no ano de 2021 se comparado a 2019, como mostrou o PROALFA, uma vez

⁶ Não apresentou os dados referentes aos anos de 2019 e 2020, pelo fato de que a gestão atual não teve acesso aos dados produzidos no período de atuação da gestão anterior.

⁷ Não apresentou dados referente aos anos de 2021 e 2022, devido à municipalização do ensino fundamental, anos iniciais no ano de 2021.

que não foi possível levantar esses dados de todas as escolas nos Conselhos de Classe.

Portanto, conforme defendem Soares (2004, p. 97) e Ferreiro (1985) sobre o uso de técnicas tradicionais como a cópia para assimilação cognitiva da escrita e o contexto alfabetizador e dinâmico mobilizado pelo professor, como recursos e estratégias de ensino possíveis no formato de ensino presencial, contribui no processo de alfabetização das crianças, em detrimento do estudo a distância, como foi no caso do REANP.

Ainda, essa pesquisa permitiu verificar os apontamentos de Soares (2004, p.97) em que a autora afirma que “a alfabetização só tem sentido a partir do momento em que ela é desenvolvida por meio de prática social de leitura e escrita”. Assim, compreendemos a importância da interação das crianças nessa fase educativa - que foi interrompida durante o período de isolamento social em decorrência da COVID-19.

Enfatizamos as contribuições teóricas de Mainardes (2021), Galindo, Parente e Diógenes (2020) que relacionam as dificuldades socioeconômicas ao impedimento de muitas crianças ao acesso à tecnologia, o que pode ter influenciado negativamente nos resultados de proficiência escolar, no contexto do REANP, além das dificuldades de apoio familiar nesse processo. O acesso limitado a dispositivos como computadores e smartphones, somado à baixa qualidade da conexão à internet, foram barreiras significativas enfrentadas por estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o contexto familiar, muitas vezes caracterizado por baixa escolaridade dos responsáveis e condições de trabalho precárias, reduziu a capacidade das famílias de fornecer o apoio necessário ao processo de alfabetização.

A ausência de um ambiente adequado de estudo em casa, junto com a falta de interação direta com professores e colegas, também contribuiu para o distanciamento das práticas de letramento, impactando diretamente a aquisição das habilidades de leitura e escrita. As desigualdades, já presentes no contexto escolar pré-pandemia, foram ampliadas, mostrando que fatores externos ao ambiente escolar também desempenharam um papel fundamental na queda do desempenho dos alunos.

Portanto, a pesquisa evidencia o baixo rendimento dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas de Nanuque (MG), especialmente entre aqueles que enfrentaram maiores dificuldades de acesso à educação remota. Esses

fatores reforçam a necessidade de estratégias pedagógicas específicas para recomposição das aprendizagens e de políticas públicas que garantam o acesso equitativo às tecnologias de modo a minimizar os impactos socioeconômicos nas trajetórias escolares dos alunos, e de se valorizar, democratizar e fortalecer a Educação a Distância (EaD) como mecanismo indispensável no acesso e interação às informações e conhecimentos locais, regionais e globais, ampliando as dimensões sociais, culturais, científicas e tecnológicas que perfazem o processo de ensino e aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu, a partir dos procedimentos metodológicos – articulação entre os dados qualitativos e quantitativos, analisar os registros de acompanhamento e avaliação discente no que importa o aproveitamento dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Estaduais do município de Nanuque (MG), nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, a partir dos dados do PROALFA, e os constantes no Conselho de Classe, para levantamento quantitativo da proficiência na alfabetização. Sendo assim, foi possível identificar os impactos produzidos pelo REANP no processo de alfabetização de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental das Escolas da Rede Pública Estadual do município de Nanuque (MG), que se resumem no baixo rendimento dos alunos no que se refere a alfabetização.

Nesse sentido, ressaltamos a potencialidade do profissional Professor, que, conforme dados produzidos pela pesquisa, podemos evidenciar um aumento significativo do desempenho das crianças com a retomada ao ensino presencial.

Importante refletirmos sobre a necessidade de as escolas participantes, não só elas, mas todas, diante das diversas dificuldades impostas pelo isolamento social e seus efeitos sobre o processo educativo, elaborarem projetos e planos de ação consistentes que visem acolher o estudante em suas dificuldades, buscando criar estratégias didático-metodológicas, a partir de diagnósticos e intervenções pedagógicas, que viabilizem a recomposição das aprendizagens.

É importante, ainda, evocar as discussões teóricas no que diz respeito aos desafios existentes nas escolas públicas, especialmente em uma cidade pequena, do interior de Minas Gerais. Nesse mesmo contexto, salientam-se as características do público que é atendido por essas escolas. É sabido que as condições

socioeconômicas não são periféricas no processo educacional, já que o estudante leva para a escola sua história vivida em casa, em sua vizinhança, as dificuldades impostas pelos elementos diversos da cultura em que está inserido. Em uma pandemia, cuja prática educacional foi predominantemente on-line, uma conexão fluida com a internet e o acesso a dispositivos (*hardware e software*) adequados são diferenciais para a qualidade do ensino. É de se considerar esse fator, bem como todos os outros estritamente técnicos, diante do que foi identificado a respeito do desenvolvimento dos estudantes em questão, ou seja, abaixo do esperado.

É necessário considerar algumas limitações desta pesquisa no que importa o número de escolas participantes, as dificuldades de acesso aos dados nas plataformas de ensino e registros da escola o que, em caso contrário, poderia ter ampliado as possibilidades de análises.

Assim, esperamos que este estudo possa contribuir para se canalizar novos estudos e pesquisas que se dediquem a problematizar e a investigar as possibilidades, desafios e modelos educacionais pautados na parceria da EaD, tecnologias digitais e a computação como mecanismos e ferramentas indispensáveis no e para o processo de ensino e aprendizagem, desde a primeira infância, considerando a influência e permanência dessas tecnologias na vida dos indivíduos, da necessidade social de manipulação dessas ferramentas, tendo em vista a apreensão de conhecimentos/experiências básicos como a comunicação e expressão, a autonomia, o direito à educação de qualidade e com equidade, o exercício da cidadania. E que o acúmulo do conhecimento científico seja o princípio para a articulação de políticas públicas engajadas para com a educação e justiça social do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estabelece as Diretrizes de Realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no Ano de 2021.** *Diário Oficial da União*, ed. 125, p. 39, 06 de julho de 2021. Portaria nº 250. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-250-de-5-de-julho-de-2021-330276260>. Acesso em: 29 mai. 2024.

BRASIL. (2020a). **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual,**

em razão da Pandemia da COVID-19. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 5/2020, de 28 de abril de 2020. Pág 4.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constiticao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9694/96. Ministério da Educação (MEC).

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria N°356. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria N° 544. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: [Link: GOV.BR https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm]. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm – Acesso em 10 de março de 2023.

BRASIL. Secretaria de educação básica. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Currículo Referência de Minas Gerais: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2018.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Conselho de Classe e Avaliação: Perspectivas na Gestão Pedagógica da Escola. Papirus Editora. 2004.

DIAS, Daniele Pampanini, SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Das (Im)Possibilidades de se alfabetizar e Investigar em Condições de Isolamento Social. **Revista Brasileira de Alfabetização** p. 229, | ISSN: 2446-8584 | Número 14 – 2021 pág 229.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita.** Trad. Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FERREIRO, E. **Educação e Ciência.** Folha de S. Paulo, 3 jun. 1985, p. 14.

GALINDO, Aline Fonseca Lopes, PARENTE, Rebeca Talia Ximenes, DIÓGENES, Lenha Aparecida Silva. Os Efeitos da Pandemia no Processo da Alfabetização das Crianças: Elementos de Contextualização a Partir da Perspectiva Docente. **Revista Eletrônica Arma da Crítica** N.14/Dezembro 2020 ISSN 1984-4735 p. 278.

GUERRA, Mônica Galante Gorini. **Conselho de Classe que espaço é esse?** São Paulo 2006 pág. 7.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Acesso em:

Nanuque (MG) | Cidades e Estados | IBGE, 10 novembro 2022.

MACHADO, Ana Lúcia. GIOVANI, Fabiana. Reinventar a Prática: Alfabetização e Letramento na Perspectiva Discursiva em Tempos de Isolamento Social. **Revista Brasileira de Alfabetização** | ISSN: 2446-8584 | Número 16 (Edição Especial) – 2022, p.142.

MAINARDES, Jefferson. Alfabetização em tempos de pandemia. In: **Políticas e práticas de alfabetização: perspectivas autorais e contextuais**. Rio de Janeiro: Fórum de Alfabetização, 2020, p. 62.

MINAS GERAIS. **Documento Orientador do Conselho de Classe 2019**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/pareceres/documents?start=3960>. Acesso em: 08 mai. 2024.

MINAS GERAIS. **Documento Orientador do Conselho de Classe 2021**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/pareceres/documents?start=3960>. Acesso em: 05 mai. 2024.

MINAS GERAIS. **Guia de Orientações para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político-Pedagógico das Escolas Estaduais de Minas Gerais**. Secretaria de Estado de Educação – SEE/MG. 2014 pág 55.

MINAS GERAIS. **Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Conhecendo as avaliações e os indicadores educacionais**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Resolução SEE Nº 4310/2020. **Regime de Atividades não Presencial REANP**. 2020, p.01,02,03 e 04.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, C.S. Impactos do REANP no processo de alfabetização: uma análise sobre os índices de proficiência de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental. 2023. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2023.

MOREIRA, Sonia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

OLIVEIRA, M. M. (2007). **Como fazer pesquisas qualitativas**. Petrópolis, RJ: Vozes.

PROTES, Mariana de Aguiar Carvalho: **O uso de dados do Simave na superintendência regional de Manhuaçu - MG: desafios e possibilidades**, Juiz de Fora, 2020. p. 33,34, 35 e 36.

QUEIROZ, Michele Gomes de, SOUZA, Francisca Genifer Andrade de, PAULA, Genegleison Queiroz de. Educação e Pandemia: impactos na aprendizagem de alunos em alfabetização. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>> ISSN: 2675-9144, p. 6.

ROCHA, G. et al. **A apropriação de habilidades de leitura e escrita na alfabetização: estudo exploratório de dados de uma avaliação.** Belo Horizonte 2014 p. 1.

ROCHA, Gladys. Avaliação Externa. In: **Glossário Ceale:** termos de alfabetização, leitura e escrita para alfabetizadores. Belo Horizonte: UFMG/Ceale, 2014, s/p.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio – Revista Pedagógica**, 29 de fevereiro de 2004. Artmed Editora, UNESP. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SOARES, Magda. Como fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia? Entrevista no site *Futura*, 2020. Disponível em: <https://futura.frm.org.br/conteudo/professores/noticia/como-fica-alfabetizacao-e-o-letramento-durante-pandemia>. Acesso em: 26 set. 2024.

MATERIAL SUPLEMENTAR

Formulário de Pesquisa

Nome da Escola:

Endereço:

Telefone:

Diretor/a:

Atendimento (etapas e modalidades de ensino):

Especificidades do atendimento escolar:

Exercício: 2019

- Número total de alunos matriculados na escola:
- Total de alunos matriculados no 2º ano:

Exercício: 2020

- Número total de alunos matriculados na escola:
- Total de alunos matriculados no 2º ano:

Exercício: 2021

- Número total de alunos matriculados na escola:
- Total de alunos matriculados no 2º ano:

Exercício: 2022

- Número total de alunos matriculados na escola:
- Total de alunos matriculados no 2º ano:

Rendimento/Avaliação dos alunos na Avaliação Externa PROALFA*:

2º ano	2019	2020	2021

*Coletar os dados registrados pela Escola em observância aos resultados oficiais do PROALFA. Link de acesso: <https://simave.educacao.mg.gov.br/#/resultados>

Rendimento/Avaliação dos alunos a partir dos dados contantes nos registros de Conselho de Classe:

2º ano	2019 (quant. alunos alfabetizados e não alfabetizados)	2020 (quant. alunos alfabetizados e não alfabetizados)	2021 (quant. alunos alfabetizados e não alfabetizados)	2022 (quant. alunos alfabetizados e não alfabetizados)
	A: N.A:	A: N.A:	A: N.A:	A: N.A:

** A: Alfabetizados – N.A: Não alfabetizados.